CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

A IMPORTÂNCIA DO CONDICIONAMENTO FÍSICO PARA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Mônica Moura da Costa e Silva
Analista Legislativo Municipal
Área de Qualificação: Comissões / Sub-Área: Saúde Pública

ESTUDO TÉCNICO
NOVEMBRO, 2013

ESTUDO TÉCNICO: "A IMPORTÂNCIA DO CONDICIONAMENTO FÍSICO PARA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS"

Objetivo do documento: O estudo solicitado visa subsidiar do ponto de vista teórico-conceitual e com base em legislação específica, a votação do Projeto de Lei no 145/2013 de autoria do Vereador Tiago Correia, pelos membros da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar, Previdência e Seguridade Social. Entretanto, não cabe neste estudo qualquer análise relacionada ao mérito ou constitucionalidade da proposição em questão. Cumpre-nos apenas sistematizar os principais achados técnico-científicos e a legislação relacionada ao tema em questão.

1 A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA PARA A SAÚDE

É consenso que a prática de atividade física (AF) auxilia na proteção e promoção da saúde das populações contemporâneas, pois o estilo de vida adotado atualmente inclui o aumento do sedentarismo e de hábitos alimentares inadequados que podem influenciar o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), atualmente uma das principais causas de morbidade e mortalidade no Brasil e no mundo.

Sabe-se que o aumento dos fatores estressantes, a diminuição da atividade física, o aumento do tabagismo, entre outros fatores estão relacionados com o aparecimento de doenças cardiovasculares, em especial a hipertensão arterial; metabólicas, como a diabetes mellitus tipo 2 e a obesidade; entre outras doenças crônicas, como o câncer e a osteoporose (PITANGA, 2004).

As DCNT acarretam forte impacto sobre a saúde, a qualidade de vida e longevidade dos indivíduos e, assim, sobre o desenvolvimento social e econômico do país. Deste modo, seja a partir do reconhecimento da importância dos determinantes sociais da saúde, seja pela perspectiva de seus efeitos no desenvolvimento do país, a promoção da saúde e a prevenção de DCNT tornaram-se prioridades de atenção definidas pelos gestores, profissionais e sociedade, nos diferentes níveis do sistema de saúde.

> É vital que a importância crescente das doenças crônicas seja prevista, compreendida e que se tomem atitudes em relação a elas urgentemente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005, p. 5).

Segundo dados da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), no conjunto da população adulta das 27 capitais brasileiras em 2008, a prevalência de inatividade física completa foi 26,3%, de excesso de peso foi 43,3% e de obesidade foi 13%.

As estatísticas de mortalidade por DCNT são as mais comuns e disponíveis em todo o mundo, pois a morte, como evento único, exclui o indivíduo da sociedade, devendo ser oficialmente registrada. No Brasil, o atestado de óbito é o instrumento que alimenta o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), atualmente a principal referência em mortalidade do país. as doenças cardiovasculares são a primeira causa de morte no mundo. O câncer ocupa a segunda ou terceira posição nos países desenvolvidos, mas, como o diabetes, encontra-se entre as 10 primeiras causas de morte em vários países (Yach *et al*., 2004). Essas mesmas causas são de elevada prevalência bem como seus fatores de risco, muito dos quais considerados doenças (hipertensão, diabetes, obesidade).

2 ATIVIDADE FÍSICA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Sabe-se que a atividade física é um forte fator que beneficia muito a questão da saúde, sendo uma grande aliada da uma boa qualidade de vida. De acordo com alguns estudos epidemiológicos, mostra-se expressiva a associação entre estilo de vida ativo, menor possibilidade de morte e melhor qualidade de vida (CARVALHO *et al*.,1996 apud SILVA, 2005). Segundo Blair (1995), um estilo de vida sedentário propicia uma maior suscetibilidade a risco de morbidade e mortalidade, especialmente doenças cardiovasculares, alguns tipos de câncer e diabetes.

Por outro lado, existem inúmeros benefícios da atividade física, destacando-se, o combate à obesidade, à diabetes, à osteoporose, ao câncer, à asma, e às doenças cardiovasculares, principais responsáveis pelas mortesnos países desenvolvidos e em desenvolvimento (BLAIR *et al*., 1998; PESCATELLO, 2001 apud SILVA 2006). Sendo assim, sugere-se que a saúde é um fator multifatorial e que o estilo de vida deve contemplar uma mudança que inclua atividades físicas formais e não-formais (SILVA, 2006).

A atividade física voltada para pessoas com necessidades especiais tem vindo a ser alvo das mais variadas atenções. Exemplo disso é a Carta Europeia do Desporto para Todos, do Conselho da Europa, que reconhece a atividade física como “um meio privilegiado de educação, valorização do lazer e integração social”.

Embora a população brasileira com alguma deficiência atinja 24,5 milhões de pessoas e representem 14,5% de sua população total, a prática de atividades esportivas por “deficientes” ainda obtém pouca visibilidade nos meios de comunicação e raras são as empresas que investem recursos no seu financiamento, mesmo sabendo que elas são excelente instrumento mercadológico de divulgação de empresas e produtos. Estatísticas indicam que 93 milhões de crianças – **uma em cada 20 crianças com 14 anos de idade ou menos** – vivem com algum tipo de deficiência moderada ou grave.

Em todo o mundo, as pessoas com deficiência apresentam piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor, e taxas de pobreza mais elevadas em comparação às pessoas sem deficiência.

Em parte, isto se deve ao fato das pessoas com deficiência enfrentarem barreiras no acesso a serviços, como saúde, educação, emprego, transporte, e informação. Tais dificuldades são exacerbadas nas comunidades mais pobres.

Por isso, a Organização Mundial da Saúde e o Grupo Banco Mundial produziram em conjunto um Relatório Mundial sobre a Deficiência para proporcionar evidências científicas a favor de políticas e programas inovadores capazes de melhorar a vida das pessoas com algum tipo de deficiência, e facilitar a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que entrou em vigor a partir de Maio de 2008. O Relatório Mundial sobre a Deficiência sugeriu ações para todas as partes interessadas – incluindo governos, organizações da sociedade civil, e organizações de pessoas com deficiência – para criar ambientes facilitadores, desenvolver serviços de suporte e reabilitação, garantir uma adequada proteção social, criar políticas e programas de inclusão, e fazer cumprir as normas e a legislação, tanto existentes como novas, para o benefício das pessoas com deficiência e da comunidade como um todo. O compromisso internacional de construir sociedades mais inclusivas tem influenciado em melhorias na situação de crianças, adultos e idosos com deficiência e suas famílias. No Brasil, a Constituição Federal determinou que "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências".

Em 1989 foi promulgada a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Posteriormente, o Decreto Federal 3.298/1999 reconhece o direito dessas pessoas a oportunidades idênticas às dos demais cidadãos; bem como o de usufruir, em condições de igualdade, das melhorias nas condições de vida, resultantes do desenvolvimento econômico e do progresso social.

> Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1999).

A atenção à pessoa portadora de deficiência, de forma a promover estratégias que melhorem as condições e modos de viver a vida, envolve esforços de múltiplas instituições públicas e privadas, bem como de organizações civis, cujo objetivo final é a inclusão da pessoa portadora de deficiência em sua comunidade, habilitando-a ao trabalho e ao exercício da vida social, segundo as suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

BLAIR, S. N. **Exercise prescription for healt**. American Kinesiology and Physical Education.Quest.47, p. 338 – 353, 1995.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigitel Brasil 2011: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Cesse, E. A P. **Epidemiologia e determinantes sociais das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu, Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife: 2007.

Conselho da Europa (1988). **Carta Europeia do Desporto para Todos: as Pessoas Deficientes** (Desporto e Sociedade - Antologia de Textos nº 105). Lisboa: Ministério da Educação; Direcção Geral dos Desportos.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, THE WORLD BANK. **Relatório mundial sobre a deficiência**; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção de doenças crônicas um investimento vital**. Brasília, 2005.

PITANGA, F. J. G. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Rev. Bras. Ciência e Mov**. v. 10, n. 3, p. 49-54. 2002.

SILVA, Gabriel Pires**. Características Antropométricas e Nutricionais de Pessoascom deficiência Mental.** Florianópolis, SC: Monografia (Licenciatura em EducaçãoFísica), UDESC, 2005.

SILVA, Rudney**. Características do Estilo de Vida e da Qualidade de Vida de Professores do Ensino Superior Público em Educação Física.** Florianópolis, SC: Tese (Doutorado), UFSC, 2006.

SOUSA, A.F.M; NOGUEIRA, J.A D. Intervenções em Atividade Física e seus impactos nos fatores de risco e nas doenças crônicas não transmissíveis em adultos no Brasil **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. v. 16, n. 3. 2011.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2013: Crianças com deficiência**. Resumo Executivo.

Yatch D, Hawkes C, Gould CL & Hoffman KJ 2004. Global burden of chronic diseases. Overcoming impediments to prevention and control. **Journal of the American Medical Association** 291:2616-2622.